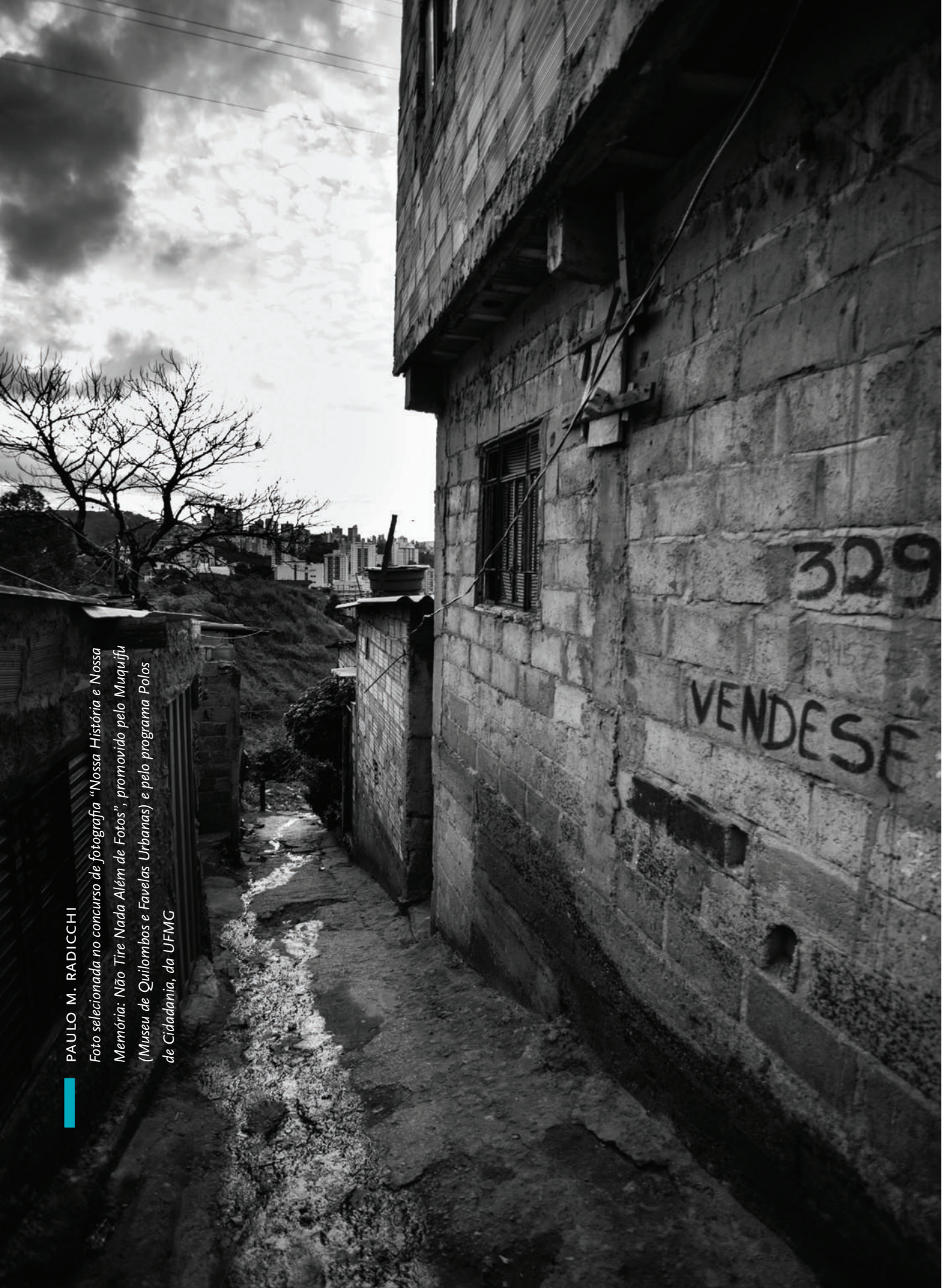


PAULO M. RADICCHI

Foto selecionada no concurso de fotografia "Nossa História e Nossa Memória: Não Tire Nada Além de Fotos", promovido pelo Muquijju (Museu de Quilombos e Favelas Urbanas) e pelo programa Polos de Cidadania, da UFMG



AOS DESTITUÍDOS, AS CABECEIRAS:

*o lugar das favelas em Belo Horizonte**

MARGARETE MARIA DE ARAÚJO SILVA**

RESUMO Resultado das disputas capitalistas por terra, as favelas sempre se instalaram em áreas relegadas pelo mercado imobiliário formal, e em estreita relação com os cursos d'água. Tomando como contexto empírico a cidade de Belo Horizonte, este artigo discute a relação dialética entre água e favelas – fatores historicamente negligenciados e que apenas recentemente ganharam alguma prioridade nas políticas públicas. As favelas, embora representativas da precariedade e deficiências urbanas dos espaços reservados às classes destituídas, oferecem interessantes possibilidades de investigação e reflexão acerca de um padrão de urbanização já excluído da cidade formal, ancorado numa relação desalienada entre gente e água pela reincorporação à vida cotidiana dos cursos d'água despoluídos, desde as pequenas cabeceiras até os fundos de vales urbanizados.

PALAVRAS-CHAVE Águas urbanas. Favelas. Produção social do espaço.

TO THE POOR, THE HEADWATERS:

the place of favelas in Belo Horizonte

ABSTRACT Result of land disputes in capitalism the slums have always been settled in areas despised by the formal market, and in close relationship with the watercourses. Taking the city of Belo Horizonte as an empirical context, this article discusses the dialectical relation between water and slums – relation that has been historically neglected and only recently gained some priority in public policies. Although representing precariousness and shortcomings of urban spaces reserved for deprived classes, slums offer interesting possibilities for research and theoretical reflection about an urbanization pattern already excluded from the formal city: a pattern anchored in a non alienated relationship between people and water by the reintegration into everyday life of clean streams, since the little headwaters until urbanized vallies.

KEYWORDS Urban waters. Favelas. Social production of space.

* Artigo baseado em tese de doutorado defendida pela autora junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada *Água em meio urbano: favelas nas cabeceiras* (2013), sob a orientação da professora Silke Kapp.

** Arquiteta. Doutora pelo NPGAU/UFMG. Professora da Escola de Arquitetura da UFMG e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. Membro da Associação Arquitetos Sem Fronteiras (ASF Brasil).

E-mail: <leta123@gmail.com>.

Dominação da natureza e cidades capitalistas

O lugar das favelas em Belo Horizonte, tanto quanto em inúmeras outras metrópoles brasileiras, é o resultado das disputas capitalistas no mercado de terras, mas indica também, embora não tão evidente, a localização das poucas áreas urbanas que preservaram valores ambientais hoje julgados preciosos pela sociedade, sobretudo a presença de cursos d'água em leito natural. Essa condição não é fortuita. As classes destituídas brasileiras – a ralé brasileira, como as denominam Souza *et al.* (2009) – sempre se instalaram em áreas relegadas pelo mercado formal de moradias, nas cidades capitalistas, e em estreita relação com os cursos d'água, a princípio, nos fundos de vales não urbanizados e, paulatinamente, deslocando-se em direção às cabeceiras, sempre conduzidas pelas oportunidades de sobrevivência que o trânsito entre espaços urbanizados e não urbanizados oferece.

Em Belo Horizonte, na bacia do Ribeirão Arrudas, excetuados os cursos d'água no interior de parques, mineradoras ou áreas de proteção de mananciais para abastecimento, os raros córregos em leito natural encontram-se no interior das maiores e mais antigas favelas da cidade, desde as cabeceiras de importantes córregos urbanos, estendendo-se ao longo de seus leitos, em áreas hoje valorizadas no mercado de terras.

Embora ocupem reduzida área – pouco mais de 5% do município –, nossas favelas estão, no que se refere à questão ambiental, estrategicamente localizadas, se admitirmos não ser possível cogitar a recuperação de um curso d'água senão de montante para jusante e, ainda, que qualquer incremento na qualidade ambiental urbana depende do resgate dos cursos d'água.

A bacia hidrográfica de um rio é constituída por diversos pequenos cursos d'água, definidores das microbacias hidrográficas. Nas cabeceiras dessas microbacias, os córregos nascem limpos e, embora em seu percurso pelo interior das favelas se apresentem degradados pelo aporte cotidiano de esgoto, lixo ou sedimentos – tanto quanto no restante da cidade –, não raro ainda se encontram em leito natural.

Ainda que poluídos, a relação cotidiana foi até certo ponto preservada por não ser possível, simplesmente, ignorar sua existência. Ao contrário, na cidade formal, só percebemos nossos rios e córregos quando transbordam, arrastam e colocam em questão a pretensa dominação da natureza pelo poder do conhecimento técnico. Retificados e confinados em canais de drenagem pluvial, eles foram progressivamente subtraídos à paisagem e desincorporados da vida cotidiana.

Entretanto, enquanto se aliena dos seus cursos d'água, a população de Belo Horizonte acostuma-se às placas de advertência quanto a transitar ou estacionar em inúmeros trechos de vias urbanas, “em caso de chuva forte”. Embora frequentemente essas placas não sejam associadas aos invisíveis cursos d'água que passam por ali, incorporaram-se ao cotidiano da cidade e naturalizaram-se tanto quanto as enchentes que anunciam. Evidência flagrante da impropriedade do modelo de gestão das águas urbanas, essas advertências não têm, ainda assim, a força de desvanecer a inconsciência coletiva quanto ao tratamento pouco respeitoso, dispendioso e impositivo reservado aos córregos na urbanização contemporânea. Tampouco têm a capacidade de remeter os sentidos humanos às porções de território à montante das áreas sinalizadas como críticas: atentando para as cabeceiras desses córregos, os reduzidos trechos que escaparam à urbanização moderna estão, frequentemente, ocupados por favelas e outros assentamentos precários.

A alienação progressiva entre o homem urbano e a natureza está evidente em Marx, primeiro pensador moderno a dissecar a interdependência de natureza e produção material nas diferentes formações sociais. Sua abordagem é crucial para compreensão do caráter social, historicamente determinado, do intercâmbio do homem com a natureza, diretamente relacionado com o conjunto de crenças dominantes, ou seja, o conceito de natureza de que dispõe uma sociedade está claramente alicerçado nas relações de poder instaladas num dado contexto histórico entre filosofia, religião, ciência, economia, política etc.

Vemos em Marx como o ideal de dominação da natureza – característico do período comumente conhecido como *Esclarecimento* ou *Idade da Razão* – acentua, no modo de produção capitalista, o processo de alienação do homem não apenas em relação à natureza externa, como também à sua atividade produtiva, aos outros homens e à sua própria natureza interna, ou seja, o homem, subtraído do fruto de sua produção, torna-se estranho a si mesmo e ao ambiente que habita.

Marx, evidentemente, adota uma posição moderna, na qual o sujeito ou mesmo o conjunto dos sujeitos (a sociedade) não se confunde com a natureza, tal como se supõe para as concepções míticas. No entanto, ele também não adere a nenhuma visão mecanicista (Descartes) ou positivista (Comte) que tome a natureza simplesmente por objeto externo apropriável; em vez disso, a vê resistente à apropriação (cf. DUARTE, 1995, p. 105-106). A relação é, portanto, dialética: a ação do homem sobre a natureza é refletida na ação da natureza e é reflexo dessa sobre ele.

Na moderna sociedade capitalista, o processo de trabalho perde as evidências de sua relação direta com a natureza. O capital não apenas consome sistematicamente os recursos naturais (objetos do trabalho) e transforma a propriedade da terra (meio de trabalho), mas também organiza o processo de trabalho de maneira a “aliená-lo” da natureza. Os trabalhadores, que não são donos de seus próprios produtos e não determinam a atividade que exercem, também não costumam ter consciência da proveniência primeira dos seus objetos e meios do trabalho ou consciência do processo pelo qual transformam a natureza e são transformados por ela. Essa alienação se espelha em toda a vida cotidiana, incluindo o comportamento de consumo e uso das cidades, especialmente se considerado o consumo decorrente de necessidades ou desejos incutidos no sujeito como condição básica de sua existência e felicidade. Não se pode, portanto, esperar nenhuma transformação substancial em resposta à crise ambiental se essa transformação não incluir, como elemento mais básico, a “transcendência da alienação” no âmbito dos processos de trabalho, de forma a conduzir-nos a uma condição socioambiental “qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2006, p. 40).

O mundo administrado

A concepção de Marx provém de um período em que a apropriação da natureza pelo capitalismo industrial era evidente em suas consequências devastadoras, mas ainda permitia algum otimismo em relação às possibilidades das novas tecnologias e à sua apropriação social mais igualitária. Uma visão calcada no aparato conceitual de Marx, mas bem menos otimista, é formulada cerca de um século depois por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*. Concluído ainda durante a Segunda Guerra Mundial, esse texto propõe elucidar por que o processo do esclarecimento – ou do

desenvolvimento da racionalidade moderna –, em vez de “livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores” resultou numa “calamidade triunfal” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Estão no centro das considerações de Adorno e Horkheimer justamente a dominação da natureza e aquelas modernas tecnologias que Marx ainda via como benéficas e que levam essa dominação ao extremo. Eles consideram que o primeiro e indispensável passo para que ela se instale é a dominação da natureza *interna*, isto é, o controle de impulsos e desejos, tal como paradigmaticamente demonstrado pelas astúcias de Ulisses. Em episódios como a passagem pela ilha das sereias, a cujo canto até então todos teriam sucumbido, Ulisses demonstra como dominar a si mesmo (ficando amarrado ao mastro) e aos seus homens (tapando-lhes os ouvidos com cera) (cf. ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 53 *et seq.*).

Esse domínio para o qual Ulisses figura como modelo é também o pressuposto para as modalidades modernas de dominação da natureza, a começar pela sua concepção em Francis Bacon, considerado o “pai da filosofia experimental” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19). Bacon, embora ainda não considerasse que as ciências matemáticas pudessem ter qualquer papel relevante no desenvolvimento da técnica, já rechaça os mitos e a imaginação como obstáculos à compreensão humana da natureza. Ao apenas prometido domínio que eles oferecem, Bacon opõe a possibilidade de comandar a natureza na prática. Bastaria para isso que os homens se deixassem “guiar por ela na invenção” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19), apreendendo sua essência objetiva e eliminando o desconhecido.

Adorno e Horkheimer veem em Bacon o primeiro arauto de uma redução de todas as coisas à “mera objetividade”, isto é, a objetos manejáveis pela técnica. O processo de

Na sociedade atual, mesmo que a ciência tenha perdido sua aura de pretensa neutralidade, é ainda sob a argumentação técnico-científica e sob a lógica do pensamento ordenador que continuam se perpetrando nas cidades contemporâneas processos que violentam a natureza e os homens, sobretudo os grupos sociais menos aparelhados na defesa de seus direitos.

1. Weber usa a expressão “desencantamento do mundo” (termo que os autores tomam emprestado de Weber)¹ numa preleção de 1917, intitulada “Ciência como vocação” (WEBER, 1985, p. 51). oblitera as distinções, especificidades e qualidades ocultas, tornando cada particular passível de generalização diante da pretensa imparcialidade da ciência, com seus cálculos, regras e probabilidades. Ou, nas palavras de Adorno e Horkheimer, o ideal do esclarecimento “é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa” e tudo aquilo “que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 22-24).

A dialética desse processo está no envelamento com o mito em que o próprio esclarecimento desemboca. A razão torna-se, ela mesma, mítica; não por um acidente de percurso, mas por suas estruturas mais essenciais, por estar fundada no mito embora se acreditando a salvo dele. Também, paradoxalmente, a razão conduz à alienação do sujeito dominante diante do objeto dominado, impedindo que o ideal de dominação da natureza e a promessa de libertação do homem do medo e do sofrimento se concretizassem.

Mas por que retomar a dialética do esclarecimento e, com ela, a crítica da racionalidade moderna? *Desencantar* o mundo e trazê-lo para a esfera do conhecimento supostamente acessível a todo e qualquer indivíduo apenas pelo uso de suas próprias faculdades não seria desejável e mesmo indispensável à construção de uma sociedade igualitária?

2. Conjunto das escrituras sagradas e conjunto dos textos aristotélicos, respectivamente.

A partir da denominada revolução científica dos séculos XVI e XVII, uma maior autonomia na investigação dos fenômenos naturais, livre dos dogmas religiosos ou de superstições míticas, deu origem a um novo modelo de ciência e, com ela, uma nova visão de mundo destituído da autoridade suprema da *Bíblia* ou do *Órganon*² (FEITOSA, 2004, p. 68). Não por acaso, Bacon intitulou sua obra contestatória à supremacia da filosofia aristotélica de *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*, contrapondo ao pensamento aristotélico a lógica científica, como a condição fundamental de libertação do homem dos “ídolos que bloqueiam a mente humana” ao verdadeiro conhecimento (BACON, 2005, p. 40).

De fato, não há por que negar as contribuições da ciência para a nossa compreensão do mundo e as maravilhosas conquistas práticas decorrentes dessa compreensão, mas essas maravilhas, como nos alerta o filósofo austríaco Feyerabend (2011), decorrem de competições injustas, pelo caráter hegemônico outorgado à ciência e ao racionalismo ocidental ante outras tradições. Dito de outra maneira: não sabemos do que seriam capazes as demais

tradições em uma *societate livre*, na qual “todas as tradições têm os mesmos direitos e acesso igual aos centros de poder”, ao contrário da condição instalada, “em que indivíduos têm direitos iguais de acesso às posições definidas por uma tradição especial – a tradição da Ciência e do Racionalismo ocidental” (FEYERABEND, 2011, p. 125).

É nessa condição, como herdeiros de uma única tradição, cujo caráter totalitário está bem explicitado em Adorno e Horkheimer, que perpetuamos a lógica de desumanização pela degradação do homem pelo próprio homem, desencadeado dialeticamente pela redução da natureza à “mera objetividade”.

Já em 1892, Engels explicitara o caráter ufanista que acometeu a sociedade moderna, para a qual toda a existência deveria se justificar “perante o tribunal da razão” ou desaparecer. Anunciava-se, com o fim de todas as formas anteriores de Estado e de sociedade, também o fim das superstições, injustiças, privilégios e opressão, dando lugar à “verdade eterna, justiça eterna e igualdade baseada na natureza e direitos inalienáveis do homem” (ENGELS, 1974, p. 48). Aqui Engels nos fornece a chave para a compreensão dos efeitos das *luzes* sobre a sociedade de sua época e, analogamente, sobre a sociedade de nossa época:

Sabemos hoje, que este reino da razão não era mais que o reino idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que se proclamou como um dos direitos fundamentais do homem... a propriedade burguesa; e que o Estado da razão [...] não veio ao mundo, nem poderia vir senão sob a forma da República democrática burguesa. (ENGELS, 1974, p. 48)

Na sociedade atual, mesmo que a ciência tenha perdido sua aura de pretensa neutralidade, é ainda sob a argumentação técnico-científica e sob a lógica do pensamento ordenador que continuam se perpetrando nas cidades contemporâneas processos que violentam a natureza e os homens, sobretudo os grupos sociais menos aparelhados na defesa de seus direitos.

Para Adorno e Horkheimer, os avanços tecnológicos e, em decorrência, o aumento da produtividade econômica produziram as condições para a construção de sociedades mais justas, mas produziram também a supremacia dos grupos sociais controladores do “aparelho teórico” sobre o resto da população e sobre a natureza (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 14). Mais de seis décadas passadas a partir da *Dialética do esclarecimento* ou um século a partir das considerações de Engels, não saímos desse

lugar. Também experimentamos uma hipotética universalização do acesso seja à informação, ao conhecimento ou aos benefícios advindos dos avanços tecnológicos e científicos. Entretanto, o controle sobre os recursos que geram valor econômico, sociocultural ou político permanece com os integrantes das categorias privilegiadas que frequentemente “alocam a maior parte do valor produzido para si”, perpetuando as desigualdades sociais (SANTOS, 2009, p. 464). Além disso, ao exercer esse controle com a autoridade da ciência, desqualificam-se conhecimentos culturalmente construídos sob outras tradições ou sob relações sociais de produção que, de algum modo, preservaram relações de apropriação da natureza, mas não de dominação.

Belo Horizonte e suas águas

O processo de desmitificação das forças da natureza, como proposto pela *Idade da Razão* (ou *Esclarecimento*), deu lugar ao mito da ciência positiva e ao ideal do “mundo administrado” que transparece em Belo Horizonte tanto na configuração urbanística da cidade planejada, em fins do século XIX, quanto nas atuais políticas públicas que afetam nossas favelas, paralelo que se pretende discutir a seguir.

Para instalação da capital idealizada pelo engenheiro Aarão Reis – “filha dos desdobramentos do Iluminismo em suas manifestações do final do século passado [XIX]” (MONTE-MÓR, 1994, p. 14) –, foi preciso destruir integralmente o antigo arraial do

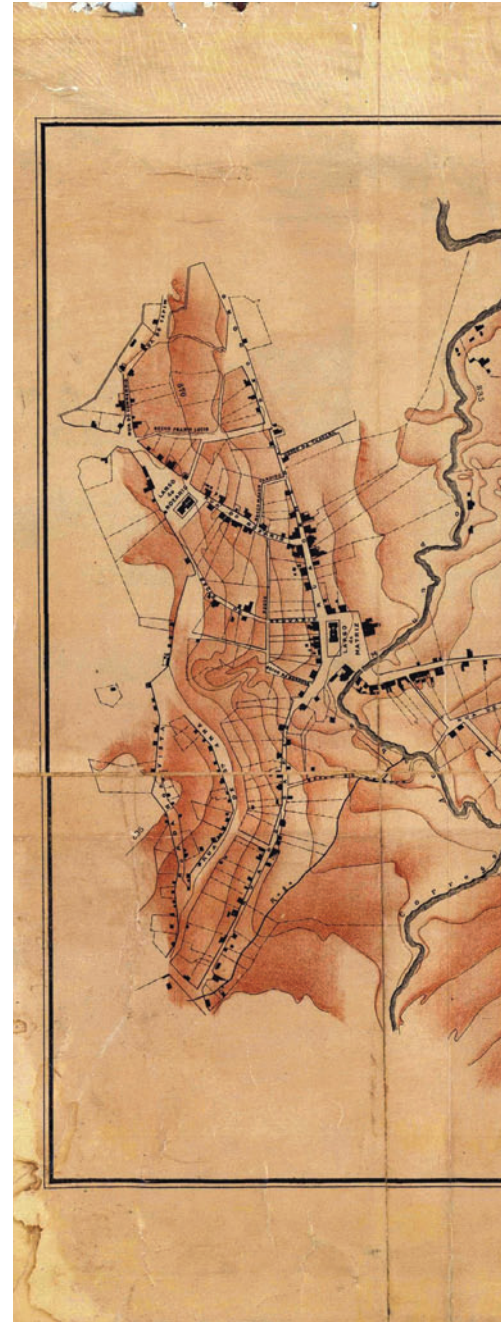




FIGURA 1 - Planta cadastral do Arraial de Bello Horizonte

Fonte: Comissão Constructora da Nova Capital, [s.d.] (Arquivo Público Mineiro).



FIGURA 2 - Planta cadastral do extinto Arraial de Bello Horizonte, antigo Curral d'El-Rei, comparada com a planta da nova capital no espaço abrangido por aquele arraial. Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, [s.d.] (Arquivo Público Mineiro).

Se o arraial havia se instalado ao longo dos córregos que definiam o sítio, a cidade planejada ignorou-os, submetendo-os ao rígido traçado do plano do engenheiro Aarão Reis, responsável pelo projeto e primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) do estado de Minas Gerais. O princípio da tábula rasa bem se adequava ao sentido de “ruptura com o passado e construção do futuro” que permeava o simbolismo da construção da nova capital, determinando a destruição integral do Curral D’El-Rei para a inscrição material dos novos conceitos (MONTE-MÓR, 1994, p. 14). Instalada a CCNC, Aarão Reis é designado chefe e idealizador da nova cidade: “Para a cidade desenhada em sua imaginação seria suficiente um setor geográfico, relativamente grande [além de] recursos e amplos poderes delegados pelo Estado” (OZÓRIO, 1981, p. 136, *apud* GUIMARÃES, 1991, p. 45).

O contraste entre o arraial existente e a proposição de Aarão Reis está ilustrado nas FIG. 1 e 2

Observa-se que o Curral D’El-Rei desenvolveu-se ao longo dos cursos d’água, organicamente ajustado ao sítio. Ao contrário, a malha urbana da nova capital

Curral D’El-Rei. Também sob essa ótica, as favelas vêm sendo radicalmente transformadas (senão integralmente removidas), submetidas a um tratamento ordenador daquele caos que as distingue da cidade formal e que as tem reduzido ao denominador comum da urbanização contemporânea, pela dissolução do que não é igual.

Belo Horizonte conformou-se a partir da ocupação de duas bacias hidrográficas contribuintes no alto curso do Rio das Velhas. Construiu-se a cidade planejada sobre o núcleo já existente do Arraial de *Bello Horizonte*, antigo *Curral D’El-Rei*, à margem direita do Ribeirão Arrudas, no sopé da Serra do Curral.

impõe a mesma rigidez retilínea para todo o perímetro definido para a cidade, aplicável indistintamente a qualquer sítio. A natureza é sumariamente ignorada, exceto como provedora de insumos para a construção da cidade, para o abastecimento de água ou para o escoamento de dejetos. A mesma rede hidrográfica que, ao lado do clima ameno, influenciou na escolha do sítio da nova capital, não comparece no desenho de Aarão Reis senão como tênue representação. Ela é irrelevante para a malha hipodâmica de 120m x 120m, incrementada por avenidas em 45 graus e simbolicamente enaltecida por uma grande avenida no sentido norte-sul (atual Avenida Afonso Pena).

Desde a proposição inicial de Aarão Reis, a submissão dos cursos d'água à rigidez do traçado geométrico foi contestada pelo engenheiro Francisco Bicalho Saturnino de Brito, chefe da 1ª secção da 5ª Divisão da CCNC: ainda que seus leitos fossem desviados e retificados para coincidirem com o traçado das ruas, os talwegues e depressões remanescentes no interior das quadras – moldados pelo relevo – frequentemente seriam retomados pelas águas pluviais, exigindo vultosas movimentações de terra para evitar inundações nessas áreas e dificultando a implantação futura de sistemas coletores de esgoto (SANEAMENTO..., 1997).

Também o abastecimento de água foi objeto de controvérsias, tendo resultado na exoneração de Saturnino de Brito da CCNC. Inconformado com as alterações impostas à execução dos serviços de abastecimento, em desacordo com a base de cálculo previamente fixada de 300 litros por habitante e população de 200.000 habitantes, Brito trouxe a público, em maio de 1895, minucioso relato dos fatos, afirmando que:

O erro é patente e o Estado de Minas, sem colher no Presente economia alguma com a execução do plano projetado, vai sacar, imprevidentemente, para não empregar outro advérbio, contra um Futuro para o qual cumpre, à geração atual, trabalhar com mais critério, com mais amor. (BRITO, 1944, p. 36)

Novas polêmicas acompanharam a definição do sistema de esgotamento sanitário. Optou-se pelo sistema unitário – *tout à l'éégout* – com a depuração das águas residuárias por meio de infiltração no solo, em detrimento do sistema separador absoluto (SANEAMENTO..., 1997, p. 44). No entanto, esse tratamento não foi implantado, “devido, principalmente, à demanda por áreas agricultáveis e condições topográficas desfavoráveis” (SANEAMENTO..., 1997, p. 67). Os esgotos *in natura*, lançados diretamente no

Ribeirão Arrudas, comprometeram o uso das águas tanto para irrigação quanto para uso doméstico. O Arrudas poluído abrigou desde então, e por várias décadas, extensas e populosas favelas até seu vale ser urbanizado, compelindo os favelados a novas ocupações ao longo de seus afluentes e em direção às cabeceiras. Por ocasião da inauguração da cidade,³ o canal do Ribeirão Arrudas havia sido rebaixado, no trecho entre a Praça do Mercado (atual estação rodoviária) e a esplanada da Estação Central, estando apenas iniciado o revestimento dos taludes; também estava inconclusa a mudança de curso e construção do canal do córrego do Acaba Mundo e as obras de urbanização abarcavam, efetivamente, apenas “o bairro dos Funcionários, a Avenida Afonso Pena, a Avenida do Comércio (atual Avenida Santos Dumont) e o entorno da Estação da Central do Brasil” (SANEAMENTO..., 1997, p. 66).

3. Em maio de 1895, Aarão Reis, a seu pedido, é exonerado da CCNC e substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho.

4. A população da cidade passou de 352.000 habitantes, em 1950 para 1.250.000 habitantes, em 1970 (BOR-SAGLI, 2011, p. 10).

5. Informações sobre as obras de retificação, canalização dos córregos e implantação de vias de fundo de vales foram colhidas nos *Relatórios dos Prefeitos* (<<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos>>) e apresentadas mais detalhadamente em M. Silva (2013).

6. Vale destacar as enchentes de 2 de janeiro de 1983, que atingiram as favelas ribeirinhas ao Arrudas, à jusante da Avenida do Contorno, evento qualificado pela arquiteta Laudelina Garcia (entrevista, 2011), como uma “tragédia anunciada”: seis meses antes, o relatório “Canalização do Ribeirão Arrudas: indicação de obras mínimas necessárias” alertava para os riscos advindos da interrupção das obras para as populações ribeirinhas (BELO HORIZONTE, 1982).

Os três córregos que cruzam a Zona Urbana – Leitão, Acaba Mundo e Serra – foram progressivamente retificados, canalizados e cobertos até meados da década de 1970. Com o crescimento da população em ritmo acelerado,⁴ eles tornaram-se redes de esgotos, pois os emissários existentes não suportavam o volume de contribuições. Além disso, seus leitos estavam assoreados pela crescente deposição de lixo doméstico e sedimentos. Como medida de combate simultâneo ao mau cheiro e às inundações frequentes, decidiu-se pelo fechamento dos trechos ainda mantidos em canal aberto. Também se esperava amenizar o problema do tráfego de veículos na região central, pela cessão do espaço dos córregos às vias veiculares, cuja ampliação era também perseguida com outras medidas, tais como o estreitamento de jardins, canteiros centrais e supressão de árvores (CARONE FILHO, 1963, p. 41).⁵

Pesquisando os arquivos do jornal *Estado de Minas*, no período de 1928 a 1997, Baptista *et al.* (1997, p. 199) classificam como “crônico” o problema de inundações em Belo Horizonte e atribuem sua origem às “opções relativas à hidrografia adotadas na concepção da cidade”, que seguem sendo adotadas, não obstante a frequência desses eventos, alguns de trágicas proporções.⁶ Em síntese, os problemas associados à má gestão da água, consideradas suas três dimensões – como suprimento, agente dinâmico ou veículo de poluentes e contaminantes –, não são distintos em Belo Horizonte daqueles enfrentados em outras grandes cidades brasileiras, em que pesem as notórias diferenças geomorfológicas entre cidades litorâneas, interioranas, montanhosas ou de planícies. Enquanto a gestão da cidade é compartimentada em

inúmeras instâncias, os problemas são pretensamente solucionados em unidades operacionais centralizadas: piscinões para amortecimento de cheias, (mega) aterros sanitários ou unidades de tratamento de lixo e entulho, (mega) estações de tratamento de esgoto ou de captação e tratamento de águas, transformações “profundas” em favelas ou enormes conjuntos habitacionais nas periferias distantes, (mega) complexos penitenciários ou complexos viários.

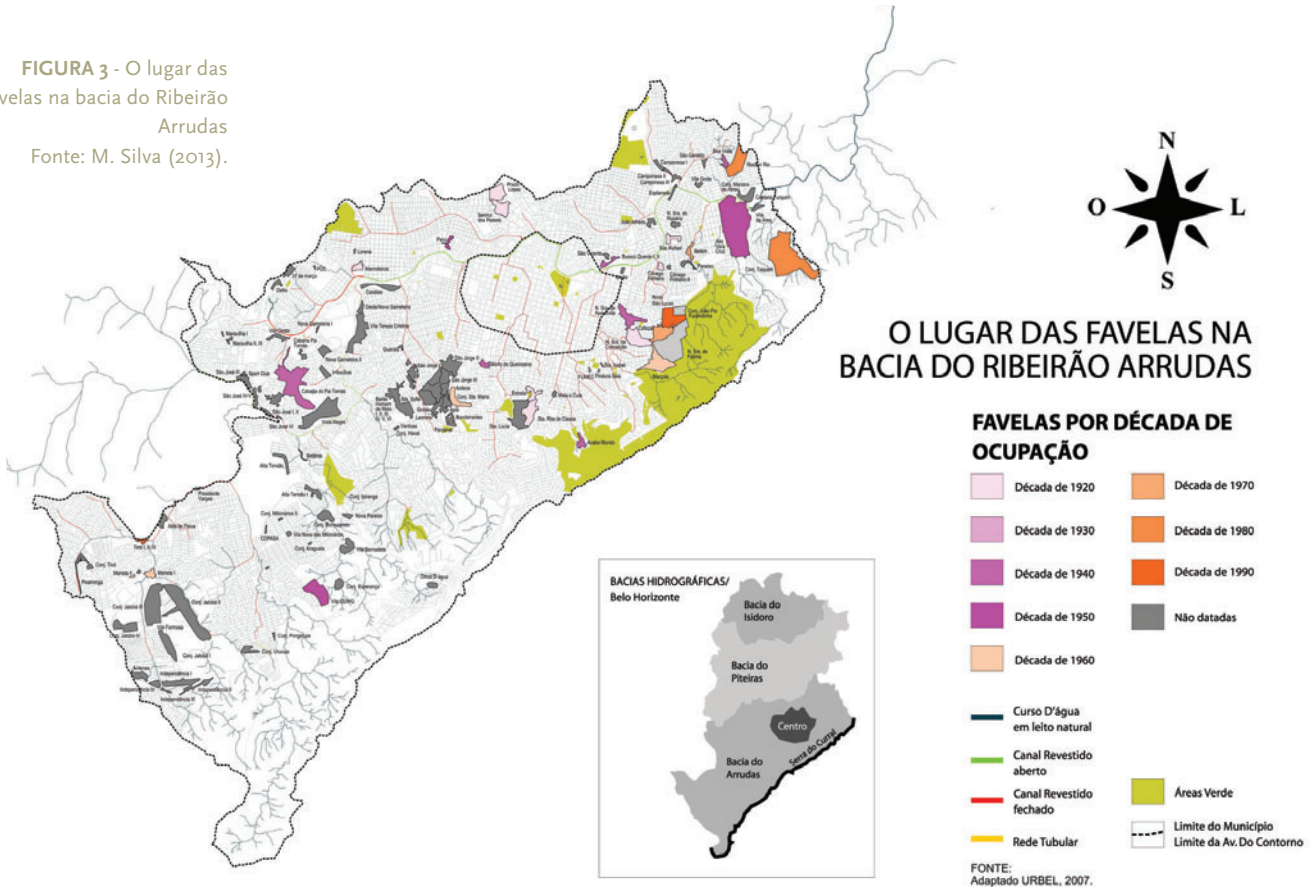
As medidas governamentais têm sido a ampliação (ou as promessas de) dos sistemas urbanos que estão sempre desafiando a vida útil projetada pelos métodos científicos e demandando novas construções, novas ampliações, tecnologias mais modernas etc. Amplia-se a escala, mas conservam-se as mesmas matrizes cuja evidência de exaustão e falência é a tão propalada crise socioambiental urbana. Entretanto, os significativos investimentos públicos já feitos não equacionaram os problemas urbanos, frequentemente os acentuam, geram novos ou, ainda, são simplesmente transferidos para longe de nossos olhos. Em síntese, a riqueza produzida socialmente tem sido aplicada sempre e cada vez mais em escala inacessível, inoperável e, menos ainda, fiscalizável pelo cidadão comum. Contudo, enquanto a centralização e o controle das ações sobre a cidade imobilizam o cidadão, mostram-se extremamente funcionais à reprodução ampliada do capital.

Águas e favelas

Passemos agora, em um rápido paralelo, à cidade dita “informal”, designação usual para os assentamentos urbanos produzidos à margem do Estado e do mercado de produção imobiliária formal. Embora essa designação compreenda diversas configurações e localizações espaciais resultantes de ocupações precárias promovidas por populações de baixa renda, interessa-nos aqui destacar as relações de interação entre o homem e o sítio natural nas ocupações de favelas situadas nas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos. Como demonstra a FIG. 3, na bacia do Ribeirão Arrudas, excetuando-se os espaços especializados e áreas de captação de água para abastecimento ou tratamento, as demais cabeceiras estão ocupadas por favelas. Esse mapa resulta do contínuo movimento espacial das favelas em direção a essas áreas, refletindo claramente as disputas capitalistas por terra urbana. À medida que áreas ocupadas informalmente por favelas adquirem valor para o mercado imobiliário formal, elas

tendem a se deslocar total ou parcialmente para áreas até então desvalorizadas, quer sob a ótica econômica, quer sob as óticas ambiental, cultural ou simbólica, ou seja, as favelas sempre se formaram nas áreas menosprezadas pela totalidade social.

FIGURA 3 - O lugar das favelas na bacia do Ribeirão Arrudas
Fonte: M. Silva (2013).



Ocorre que, diante das evidências da crise ambiental, esses territórios são, justamente, aqueles que exibem hoje qualidades que crescentemente são apercebidas pela sociedade como imprescindíveis à melhoria do ambiente urbano. Como não foram radicalmente alterados e desfigurados de seus traços originais, como na cidade formal, preservaram-se aí atributos naturais que marcam a paisagem e a vida cotidiana local, sobretudo os cursos d'água em leito natural, ainda que poluídos. Outro aspecto notável em áreas de declividades médias e altas ainda preservadas da ação urbanizadora do Estado é a menor incidência dos impactos sociais e ambientais provocados por veículos automotores.

O que tornou essas áreas desinteressantes aos agentes capitalistas foi, quase sempre, a presença de cursos d'água não submetidos à ação urbanizadora moderna, como a retificação, a canalização e a implantação de vias de fundos de vales, ou o fato de estarem interditas legalmente a essas ações, pretensamente protegidas por estatutos especiais, como as áreas de cabeceiras. Dessa forma, esse mapeamento ilustra também a submissão progressiva dos cursos d'água que cruzam a cidade à racionalidade tecnocientífica moderna: à medida que os córregos vão sendo canalizados, os núcleos favelados eventualmente existentes são removidos parcial ou integralmente.

Foi Teulières (1957) quem reconstituiu pela primeira vez, em 1955, as principais favelas existentes em Belo Horizonte e também o movimento espacial das favelas que se desagregavam ou eram extintas e deslocavam-se para regiões mais distantes do centro urbano.

Ainda que hoje ações deliberadas de remoção das favelas não mais compareçam na pauta das políticas públicas, os processos de urbanização têm cumprido papel relevante na economia política urbana, pela constituição de um campo fértil à atuação de agentes capitalistas que não conseguiriam prover individualmente os valores de uso complexo hoje presentes nas áreas das favelas mais antigas e consolidadas da cidade. Essas ressalvas visam colocar em foco dois programas municipais – o *Programa Vila Viva* e o *Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte – Drenurbs* – que, perseguindo metas distintas, vêm igualmente atingindo vilas e favelas de Belo Horizonte.

O *Vila Viva* constitui-se, segundo discurso oficial da Administração, no “maior programa de urbanização do Brasil”, transformando “vilas e aglomerados em bairros que valorizam a qualidade de vida dos moradores” (BELO HORIZONTE, 2011); o contraponto desse discurso, no entanto, classifica-o como um “programa de desfavelização forçada” orientado não por “nobres valores dos gestores públicos, preocupados com a qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas [mas] pelos interesses do capital imobiliário” (BELO HORIZONTE, 2008).

O *Drenurbs* objetiva “a melhoria da qualidade de vida da população da cidade e a valorização do meio ambiente urbano”, mediante a despoluição dos cursos d'água ainda em leito natural, melhoria da coleta de resíduos sólidos, redução dos riscos de inundação e controle da produção de sedimentos e processos de assoreamento de regiões de fundos de vale. O Programa assume, pragmaticamente, a intenção de “reverter

essa tendência histórica de se canalizar os cursos d'água naturais [...] erigir e consolidar uma nova concepção de intervenção para as águas circulantes no meio urbano" (BELO HORIZONTE, [s.d.], [s.p.]). Essa nova concepção não considera, entretanto, a hipótese de manutenção dos córregos revitalizados na vida cotidiana da cidade que, como propõe Lefebvre, "é o que subsiste quando se subtrai do vivido todas as atividades especializadas" (DEBORD, 1961).⁷ As populações residentes na área de influência do projeto são removidas e as áreas subtraídas à vida cotidiana para integrarem, agora como parques, espaços "especializados" da cidade.

Melhoria da qualidade de vida da população e transformação radical de favelas (além do significativo aporte de recursos públicos para sua consecução) são aspectos recorrentes no discurso acerca desses dois programas. Sob o argumento da inclusão social, da erradicação do risco ou da preservação ambiental, as intervenções públicas em curso fazem sucumbir estruturas sociais e espaciais historicamente produzidas pela população (KAPP, 2009). Erradica-se, assim, toda forma de ocupação julgada inadequada aos padrões e representações dominantes do bem morar, bem circular, bem divertir-se e bem trabalhar. Estende-se às favelas o padrão hegemônico de urbanização da cidade formal, orientado primordialmente pela lógica da acumulação capitalista.

Não há crítica ao modelo de cidade formal que está sendo imposto às favelas, não obstante as evidências cotidianas de sua insustentabilidade: a cidade dominada pelo carro, a ineficiência do sistema de drenagem pluvial, o afastamento físico entre o homem urbano e os atributos naturais, a transferência dos impactos negativos da urbanização para outras áreas, a violência e a criminalidade urbana, a segregação em guetos e a indústria do medo. Não há como ignorar o desequilíbrio do ecossistema urbano conformado sob a lógica de acumulação capitalista.

Destacarei dois fatores que afetam substancialmente os territórios das favelas situadas em cabeceiras, restringindo-nos as possibilidades de restauração do equilíbrio socioambiental urbano: o denominado urbanismo rodoviário e a oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados.

O primeiro tem sido o marco das intervenções *Vila Viva*: o elemento definidor da nova configuração espacial dos assentamentos são extensas e largas vias, que interceptam as vilas para integrar porções da cidade formal, supostamente desarticuladas. A priorização da circulação de veículos sobre a circulação de pedestres

7. Debord faz a referência a Lefebvre, em exposição apresentada em 17 de maio de 1961, em fita magnética, ao Grupo de Investigações sobre a vida cotidiana, reunido por Lefebvre no *Centre d'études sociologiques du C.N.R.S* (DEBORD, 1961).

reproduz o padrão que, de resto, é prevalente em toda a cidade. Entretanto, é notório que a solução de abrir ruas em encostas de altas declividades implica, além de vultuosos investimentos para movimentações de terra, a instalação de contenções de porte proporcional, desfigurando a paisagem, segmentando espacialmente a área e interferindo na própria dinâmica da vida na comunidade e na dinâmica ambiental. Basta uma visita às áreas para se constatar o efeito segregador dessas estruturas.

No segundo aspecto nos deteremos um pouco mais: a oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados pela decretação das chamadas áreas de proteção ambiental ou parques ecológicos, cuja concepção deriva diretamente do *Drenurbs*. Em apenas três favelas situadas na bacia do Ribeirão Arrudas – nos aglomerados Serra, Santa Lúcia e Morro das Pedras –, pelo menos quinze áreas mudaram (ou mudarão) do *status* de espaço cotidiano para especializado, a ser mantido pelo poder público, sem previsão de apropriação de seu inegável valor econômico, comprovado pela utilização histórica como moradia, espaço de produção, comércio e demais atividades produtivas que sempre acompanharam as funções de habitar das famílias mais pobres.

O caráter singular dessas áreas abre a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano.

Não é por acaso, como já afirmado aqui, que parte significativa dos recursos naturais conservados com alguma integridade e possibilidade de revitalização encontra-se nos territórios ocupados por favelas, e não apenas em Belo Horizonte. A mesma lógica capitalista que aqui determinou os processos socioespaciais atua nas demais cidades brasileiras. Bueno (2000) reconhece essas características comuns às favelas de São Paulo:

Desde logo se percebe que se trata de interferir em espaços de muito valor para o processo ambiental urbano – encostas, fundos de vale, baixadas, áreas de nascente. Nesse sentido, a melhor unidade de planejamento e projeto, e que melhor responde a esse propósito de complementar a urbanização de bairros e comunidades contíguas, é a sub-bacia hidrográfica. (BUENO, 2000, p. 323)

O caráter singular dessas áreas abre a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. A subtração dessas áreas da vida cotidiana não assegura a preservação de sua integridade, pois estarão pressionadas pelas atividades do entorno, ainda que a vigilância consiga impedir sua reocupação formal. Ademais, se já temos dificuldade de manutenção de espaços especializados na cidade formal, como serão mantidos os quinze novos parques previstos pelo *Vila Viva* em apenas três das inúmeras favelas da cidade situadas em cabeceiras de drenagem de córregos urbanos?

Os parques já implantados no Morro das Pedras e no Aglomerado da Serra estão abandonados. A Fundação Municipal de Parques (FMP), a quem coube a responsabilização pela operação e manutenção, alega que os mantém fechados porque não recebeu qualquer aporte financeiro ou operacional para cuidar dessas áreas. São áreas despoçadas, sem atividades urbanas, geram insegurança, especialmente à noite. Terra de ninguém. Caminhos interrompidos que obrigam a percursos maiores, nas vias de entorno, disputando espaço com carros e motos ou incitando ações deliberadas de rompimento das barreiras para resgate dos atalhos. De espaço produtivo, gerador de subsistência, passam a espaços geradores de ônus públicos para sua manutenção e conservação. Espaços simbólicos e marcos da ocupação urbana – claramente explicitados por denominações como *Três Águas do Cardoso*, *rua da Água*, *Pocinho*, *Biquinha*, *Mina* –, essas águas corporificam hoje a indignação e impotência da população diante das ações negligentes e autoritárias do Estado, cujo caráter utilitário não passa despercebido aos moradores: “Essas áreas não são parques ecológicos, são, na verdade, áreas que foram criadas para captação de chuvas [...] que causavam estragos nos bairros circunvizinhos” (SILVA, F., 2011, p. 23).

Também não foram tomadas medidas para a proteção dos cursos d’água ante a poluição difusa, cujo combate, em meio urbano, só seria eficiente por meio de uma mudança radical nos conceitos de mobilidade urbana, centrada na percepção dos reais efeitos da opção rodoviarista para mobilidade urbana, como o principal fator de poluição do ar, das águas e do solo nas cidades brasileiras. Ilustrando com a condição dos parques implantados, tanto pelo *Vila Viva* quanto pelo *Drenurbs*: as chuvas lavam as ruas à montante, carreando para o curso d’água, teoricamente saneado e preservado, todos os resíduos dessa lavagem. Os sistemas de drenagem e pavimentação no seu

entorno não evidenciam nenhum ajuste para a condição particular de circundarem uma área de preservação.

Além disso, o inegável valor econômico também não passa despercebido ao mercado imobiliário e certamente será alvo de disputas futuras. Nas recentes discussões para votação do Novo Código Florestal Brasileiro, está em questão, entre outras, a definição das atribuições legislativas sobre as APPs urbanas, se de âmbito federal ou municipal. Se podemos arrolar como benéfica a atribuição municipal de legislar sobre seus territórios, ajustando a regulamentação às peculiaridades locais, podemos também vislumbrar as disputas desiguais dessas áreas tendo, por um lado, os interesses, recursos econômicos e poder de influência local do mercado imobiliário e, por outro, as classes destituídas eventualmente associadas a ambientalistas.

No entanto, as áreas visadas pelo *Drenurbs* viram parques ou áreas destinadas a funções especiais – amortecimento de cheias – no sistema de drenagem da bacia hidrográfica a que pertencem. No programa *Drenurbs*, entretanto, a favela deixa de existir *naquele* local. De qualquer modo, constituem-se em ambos os casos em Áreas de Proteção Ambiental, espaços especializados em oposição a espaços cotidianos ou, segundo a pertinente classificação de Carvalho (1999), serão Áreas de Preservação Ambiental (APAs), confinadas em meio a Áreas de Não Preservação Ambiental (ANPAs).

O título do artigo de Compans (2007) – “A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental” – é explícito ao denunciar os modernos mecanismos engendrados para justificar a remoção de favelas no Rio de Janeiro, dos quais participam a grande mídia e o Ministério Público Estadual, que moveu ação à Prefeitura solicitando a remoção de quatorze áreas favelizadas. Diz a autora:

Depois da favela como foco de epidemias e antro de marginais, a mais nova representação social que vem sendo construída apresenta-a como fator de degradação ambiental. Auxiliada por um saber técnico-científico que demonstra empiricamente a perda progressiva da cobertura vegetal, a fragilidade geológica das encostas e a poluição dos corpos hídricos, observa-se a constituição de um movimento conservador que busca pressionar os poderes públicos a reprimir ocupações irregulares, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade. (COMPANS, 2007, p. 83)

Depois de um longo período ignorando e subjugando seus córregos, as cidades incorporaram o discurso tardio da preservação ambiental, agora ignorando e subjugando justamente as populações e os territórios que os resguardaram. Eis aí a nova

funcionalidade das favelas. Além de manter sua antiga função de abrigar a força de trabalho para a produção das cidades capitalistas, prestam-se à captação de recursos e cessão de seus territórios para resolução de problemas viários, de drenagem pluvial e equilíbrio ambiental urbanos. Poder-se-ia, no entanto, cumprir essas funções fundamentais ao equilíbrio do sistema urbano sem impor às populações das cabeceiras – criminosamente – a condição que restou estabelecida.

Seguindo o fio de Ariadne

Começemos por uma abordagem de Swyngedouw (2001) particularmente adequada aos meus propósitos de harmonização entre o humano e a natureza, no interior mesmo das cidades.

Invocando a imagem da água esguichando de hidrantes e crianças do Bronx se refrescando nos verões quentes de Nova York, o autor propõe-nos “seguir o fio de Ariadne através da água” para apreensão do caráter híbrido – social e natural – das cidades. A citação é propositalmente longa, pela força da exaustiva enumeração dos elementos que compõem a “metáfora do copo d’água”, em analogia aos processos socioecológicos corporificados na vida urbana:

A celebração lúdica da vida das ruas pela qual as crianças contestam, provocam e excitam os poderes urbanos a toda hora que fazem esguichar a água dos hidrantes sobre as calçadas e dançam ao som do rap a sua exortação alegre da vida cotidiana da grande cidade é um testemunho da produção socionatural da cidade e da vida urbana. Se eu fosse captar um pouco daquela água em um copo, expor as redes que a trouxeram até ali [...] esses fluxos poderiam narrar muitas histórias inter-relacionadas da cidade: a história do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, de ratos e banqueiros, de doença de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro e das opções da indústria da água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico e do aquecimento global, do capital, das maquinações e estratégias das construtoras de barragens, de incorporadores do solo urbano, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para os reservatórios urbanos. (SWYNGEDOUW, 2001, p. 84-85)

Seguindo o “fio de Ariadne”, podemos constatar que os moradores mais antigos das favelas sempre têm histórias particulares em relação à água: como dádiva ou castigo, como problema ou solução, como elemento de união ou de discórdia, elemento de disputa, de conquistas, símbolo do atraso e do progresso, de pobreza ou de riqueza, exemplos da generosidade ou da avareza dos seus detentores, boas e divertidas lembranças ao lado de amargas e sofridas. Essas histórias, ainda que corriqueiras, revelam sempre a singularidade do lugar e do sujeito, mas o fazem também revelando os processos sociológicos tanto no nível da ordem próxima – a da vizinhança –, quanto da ordem distante – a do Estado (LEFEBVRE, 2000, p. 266); tanto a perversidade da desigualdade no acesso à riqueza social quanto a possibilidade de sua superação, pela transformação cotidiana. Enfim, o que transparece nas histórias corriqueiras e que poderia ser resgatado a partir delas é a dimensão humana do sujeito, substancial à transcendência da alienação e ao projeto de autonomia.

Na acepção de Marx, a alienação do homem de si, de sua atividade, da natureza e da espécie humana é uma relação dialética, ou seja, “na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ele estranha do homem o gênero [humano]” (MARX, 2004, p. 84). Analogamente, desalienar-se é também uma relação dialética. Exige que todas as relações transformem a si e às outras dialeticamente.

E por onde começar?

Leff (2004, p. 320) sugere que as transformações necessárias para alcançarmos a sustentabilidade não podem ser conseguidas a partir de “uma consciência genérica da espécie humana”. A consciência ecológica não é um conceito que possa ser partilhado com a humanidade em seu conjunto sem que sejam explicitadas as diferenças dos diversos grupos sociais que, antes de se solidarizarem por um objetivo comum, muitas vezes se confrontam, se diferenciam e se dispersam tanto pelo fracionamento de suas reivindicações como pela compreensão e uso de conceitos que definem suas estratégias políticas. Vista por esta ótica, a compreensão do mundo atual ressentido de um pensamento que possa reintegrar as partes fragmentadas e constituir um saber holístico que contemple a complexidade. Esse novo saber não renunciaria aos princípios de objetividade prescritos pela ciência, mas também não seria dominado por eles, já que a

crise ambiental aponta, justamente, o limite da racionalidade fundada em uma crença insustentável: a da construção e compreensão do mundo pela “idéia da totalidade, universalidade e objetividade do conhecimento” (LEFF, 2004, p. 320). A posição defendida por Leff reconduz-nos às proposições de Feyerabend (2011): a ciência deve ser uma tradição entre outras, a que se recorre livremente, se e quando conveniente. Não como a única alternativa, não como uma tradição que só existe pela eliminação e desqualificação de todas as outras.

Ativistas e pesquisadores ocupados com a depauperação do patrimônio ambiental da humanidade polarizam-se, basicamente, em duas linhas de pensamento e ação: “desenvolvimento alternativo” *versus* “alternativas ao desenvolvimento” (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 29-31). Para os defensores da segunda linha, o desenvolvimento sem crescimento é a única alternativa de manutenção das condições de vida no planeta, ou seja, os esforços devem ser concentrar na “melhoria qualitativa da base física econômica que se mantém num estado estável [...] dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema” (DALY, 1996, *apud* SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 54).

Se aplicada às cidades, essa abordagem implicaria, no primeiro momento, aliviar o ecossistema urbano em seus pontos de saturação, facilmente identificáveis nos problemas que comumente não conseguimos absorver e exportamos parcial ou integralmente, de forma deliberada ou pretensamente involuntária: águas de chuvas, lixo, entulho, esgoto, solo, poluição do ar, dos solos e das águas etc. Considerando a sociocultura desse ecossistema conformado sob a lógica de acumulação capitalista, teremos ainda como pontos claramente saturados do sistema a generalização da pobreza, da violência e da criminalidade urbanas. Além dos carros. Muitos carros!

Em síntese, a se considerar, por um lado, a magnitude dos problemas urbanos que superam, em muito, a capacidade de assimilação do sistema e, por outro, a inocuidade das medidas aplicadas, não há saída. As medidas individuais – dependentes de disponibilidade financeira – se reduzem a tentativas, mais ou menos eficazes, de se colocar a uma distância segura dos problemas, instalando-se em áreas pretensamente mais saudáveis ou seguras no interior de condomínios fechados, dos *shoppings* ou de carros blindados ao mundo exterior. As medidas governamentais, como já destacado anteriormente, têm sido a ampliação dos sistemas urbanos, frequentemente acentuando

os problemas que buscam solucionar, gerando novos e exportando – rio abaixo – todos os excessos não absorvidos pela sistema urbano.

Casa tomada

Casa tomada é a metáfora utilizada por Botelho (2007) para sintetizar a condição de impotência dos habitantes nas metrópoles brasileiras diante dos crescentes problemas e ameaças que se apresentam, em analogia à condição dos moradores de uma casa que aos poucos vai sendo tomada por uma ameaça tão inapreensível quanto inevitável em um conto de Júlio Cortázar, de 1945. A cada porção tomada, os moradores se recolhem a espaços cada vez mais restritos, sobressaltados com a próxima investida que certamente virá.

A cidade [...] não mais pertence aos seus moradores, nem aos mais abonados – que tentam fugir dos crescentes perigos que a cidade passa a representar para eles –; nem aos mais pobres, que por sua vez não possuem acesso [às] “positividades” [do urbano], sendo “depositados” nas periferias distantes do consumo, do trabalho e do lazer, ou separados dos ricos por muros e outras barreiras cada vez mais visíveis na paisagem urbana. Cabe a seus habitantes a escolha entre retomar a casa, ou seja, apropriarem-se da cidade em que vivem, ou se conformarem com o fato de que esta foi tomada pelo capital e seus agentes. (BOTELHO, 2007, p. 14)

E o que fazemos? Em vez de nos concentrarmos em “retomar a casa”, estendemos a condição de “casa tomada” às favelas, enquadrando-as ao mundo administrado pela racionalidade científica e pelo capital. Dito de outro modo, a condição imposta aos moradores das favelas para o usufruto de seus direitos constitucionais tem sido a cessão de seus territórios aos esquemas tradicionais de produção e gestão da cidade formal e a supressão de suas estruturas sociais e espaciais que não passem pelo crivo regulador das normas instituídas para a produção heterônoma do espaço. A inclusão significa que os moradores das favelas agora têm a chance maravilhosa de participar das manias, vícios, desconfiança, insegurança, aridez, ruído e poluição da cidade formal, e também da impessoalidade nas relações sociais, do alijamento e da impotência cidadãs à espera de uma ação redentora do Estado que nos coloque a salvo dos crescentes perigos e problemas funcionais da cidade.

Urbanizar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal, além de notável desconsideração e desrespeito à natureza dos espaços histórica e socialmente produzidos, reduz de forma considerável as chances de reabilitarmos o equilíbrio sistêmico de nossas cidades e “retomarmos a casa”, sem subordinação dos valores de uso da cidade à lógica de reprodução ampliada do capital.

Retomando a casa

O primeiro ponto seria admitir que o ecossistema urbano está operando acima de suas capacidades de regeneração e assimilação e que justamente as áreas que escaparam à ação urbanizadora moderna – favelas em cabeceiras – são as mais indicadas para aliviar seus pontos de saturação. Em contraposição aos programas de urbanização em curso, propõe-se um processo de recuperação socioambiental urbana a partir de microunidades territoriais autônomas, resguardando esses territórios e construindo coletivamente novas relações de intercâmbio entre o homem urbano e a natureza. Esse processo, designado pela expressão urbanização reversa, deixa entrever alguma possibilidade de reconciliação do homem com a natureza nas cidades, mesmo que elas ainda sejam parte de uma ordem social heterônoma.

Significa identificar, desconstruir gargalos sociais e ambientais, e desconcentrar fluxos de modo que as conexões fundamentais sejam restabelecidas e o sistema possa se estabilizar, especialmente pela reconfiguração dos processos naturais básicos entre terra e água e pela transcendência da alienação do homem da natureza, de si, de sua atividade e da sua espécie.

Implicaria admitir a cidade como um produto para o qual deveríamos estabelecer os princípios de responsabilização compartilhada entre seus produtores – ou seja, nós todos, o conjunto da sociedade – visando minimizar ou anular os impactos indesejáveis ao meio ambiente e à coletividade decorrentes dos processos de produção social, uso e manutenção do produto-cidade. Em síntese, significaria reverter a lógica de um sistema que despense muito e absorve quase nada. Tal proposição implicaria também uma gestão descentralizada da coisa pública, só possível – como certamente alertaria M. L. Souza (2008, p. 205) – em um “macrocontexto social diferente [o que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma”. No entanto, mesmo que no interior de uma

ordem social heterônoma, é preciso perseguir qualquer possibilidade de reconciliação do homem com a natureza nas cidades, sem o que dificilmente descobriremos caminhos para a autonomia.

Retomemos a questão: por que transformar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal? Por que enquadrá-las nesse modelo hegemônico de urbanização que evidencia cotidianamente sua incapacidade de promoção de equilíbrio social e ambiental? A quem interessa a expulsão dos pobres ou o seu enquadramento ao mundo administrado? A quem interessa subtrair de seus territórios e de seu controle justamente aquelas porções que conservaram atributos ambientais tão valorizados atualmente?

É forçoso admitir que as políticas públicas que vêm atingindo as favelas, em Belo Horizonte, têm consumado processos de despossessão capitaneados pelo Estado e legitimados – é bom que se frise – pela totalidade social. Responsabilizar apenas o Estado ou as elites econômicas pela produção e manutenção das desigualdades sociais ou dos privilégios de classe é uma postura cômoda, embora recorrentemente assumida por muitos de nós, incluindo cidadãos de boa-fé que veem a si próprios como defensores de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim se preservam privilégios. Assim se perpetuam as desigualdades sociais duráveis, imprescindíveis à reprodução ampliada do capital. Favelas, problemas viários, inundações, medo e insegurança cotidianos são determinados pelo modo de produção social das cidades capitalistas e têm sido extremamente funcionais ao capital.

Ao capital não interessa cidades justas e saudáveis: o produto interno bruto cresce com o crescimento de acidentes automobilísticos, com o aumento das doenças, com os investimentos para recuperação de tragédias urbanas, com a construção de complexos penitenciários e com o aumento da população carcerária.

A supremacia do saber científico que, ao fim e ao cabo, é a garantia de manutenção dos privilégios de classe, está tão naturalizada e cristalizada na sociedade contemporânea que faltam os elementos para conceber um mundo qualitativamente diferente. Não sabemos do que seriam capazes as demais tradições numa hipotética *societade livre*, de Feyerabend, desfrutando dos mesmos direitos e igual acesso aos centros de poder. Penso, entretanto, que as ocupações de favelas nas pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos poderiam se adequar bem aos propósitos de constituição de

grupos especiais, capazes de combinar flexibilidade e respeito por todas as tradições, fortalecendo-se mútua e gradativamente em contraposição ao “racionalismo estreito e egoísta daqueles que usam nossos impostos para destruir as tradições dos contribuintes, para arruinar sua mente, violentar seu meio ambiente e [...] transformar os seres humanos viventes em escravos bem treinados de sua própria e árida visão de vida” (FEYERABEND, 2011, p. 15).

Assim, os microprocessos instalados para a recuperação e potencialização das qualidades específicas das áreas de cabeceiras poderiam fortalecer as estruturas sociais e políticas que autoproduziram e consolidaram as favelas nos seus entornos, protegendo-as mutuamente – cabeceiras e favelas – de serem subsumidas pelos esquemas tradicionais de gestão urbana.

Por fim, se a alienação do homem na moderna sociedade capitalista reflete um processo econômico no qual a natureza transformada pelo homem também o transforma, a natureza restaurada pelo trabalho humano pode também restaurar o humano. A reversão dos processos de degradação da natureza, ou melhor, da socio-natureza, só me parece possível pela instauração de processos coletivos de trabalho que se proponham a uma apropriação social da natureza qualitativamente diferente para reconciliação primeira do homem urbano com a natureza externa e a necessária reconciliação consigo mesmo e com sua espécie para a construção de novas categorias produtivas, fundadas na ética. Se o convívio de populações urbanas com cursos d'água degradados é uma realidade facilmente identificável nas metrópoles brasileiras, a condição para que haja convívio harmonioso entre gente e água limpa está para ser construída.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BACON, F. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).

BAPTISTA, M. B. *et al.* Aspectos da evolução da urbanização e dos problemas de inundação em Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 12., 1997. Vitória: ABRH, 1997. v. 3, p. 197-204.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. PROGRAMAS E PROJETOS. SANEAMENTO/DRENURBS. *Programa de despoluição ambiental irá beneficiar milhares de famílias*. 2001. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12065&lang=pt_BR&pg=6080&taxp=0&>. Acesso em: 18 mar. 2014.

BELO HORIZONTE. *Programa Vila Viva ou Vila Morta*, 2008. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/10/429697.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS. *Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte. Drenurbs*. Belo Horizonte, [s.d.].

BELO HORIZONTE. SUDECAP. *Canalização do Ribeirão Arrudas*: indicação de obras mínimas necessárias. Jun. 1982. Mimeografado.

BELO HORIZONTE. URBEL. *Vila Viva*: integração das vilas à cidade. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&>. Acesso em: 9 set. 2011.

BORSAGLI, A. O Vale do Córrego do Leitão em Belo Horizonte: contribuições da cartografia para a compreensão da sua ocupação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., Paraty, maio 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BORSA-GLI_ALESSANDRO.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2011.

BOTELHO, A. *Urbano em fragmento*: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRITO, S. Memórias diversas. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE; INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (Org.). *Obras completas de Saturnino de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. XVIII.

BUENO, L. M. M. *Projeto e favela*: metodologia para projetos de urbanização. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARONE FILHO, J. *Relatório dos Prefeitos*. Belo Horizonte, 1963. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1963-Jorge-Carone-Filho.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CARVALHO, E. T. *Geologia urbana para todos*: uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1999.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. 2007.

DEBORD, G. *Perspectivas da transformação consciente da vida cotidiana*. 1961. Disponível em: <<http://antivalor.atspace.com/is/transforma.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

DUARTE, R. A. P. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo: Loyola, 1995.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

FEITOSA, C. *Explicando a filosofia com arte*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FEYERABEND, P. *A ciência em uma sociedade livre*. São Paulo: EdUnesp, 2011.

- GARCIA, L. *Tragédia anunciada*. Entrevista concedida à autora pela arquiteta Laudelina Garcia, 13 nov. 2011.
- GUIMARÃES, B. M. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1991.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFF, E. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- KAPP, S. *Quem tombará a favela?* Congresso Internacional Deslocamentos na Arte. Ouro Preto, 20-23 out. 2009. p. 529-536 (Deslocamentos estéticos no espaço público). Disponível em: <<http://abrestetica.org.br/deslocamentos/fo7.swf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, v. I.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- SANEAMENTO básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.
- SANTOS, J. A. F. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, J. et al. (Col.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. Anexo I, p. 463-478.
- SILVA, F. E. C. *Construindo muros e derrubando barreiras, a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- SILVA, M. M. A. *Água em meio urbano: favelas nas cabeceiras*. 2013. 273f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BU-OS-98SK7A?show=full>>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- SOUSA SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, C. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA, J. et al. (Col.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.
- SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 83-104.

TEULIÈRES, R. Favelas de Belo Horizonte. *Boletim Mineiro de Geografia*. Belo Horizonte, n. 1, p. 7-37, jul. 1957.

WEBER, M. Ciência como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985. p. 17-52.